



FOR
SIN



Trabalhador com carteira assinada teme mudança com a reforma, revela pesquisa

Pesquisa do Instituto Locomotiva mostra que 87% dos entrevistados que tinham algum conhecimento da reforma e estavam empregados com carteira assinada no setor privado temem os efeitos das mudanças no marco legal do trabalho: 42% estão “muito preocupados” e 45%, um pouco. O levantamento também traz à tona o alto grau de insatisfação dos brasileiros com seus empregos: 56% dos entrevistados almejam transferir-se para outra empresa. É como se 18,7 milhões de pessoas quisessem trocar de posto, afirma Renato Meirelles, presidente do Locomotiva. A pesquisa mostra também que 81% dos entrevistados têm algum conhecimento sobre a reforma, mas apenas 17% se consideram realmente bem informados sobre o tema. A maior parte, 44%, diz saber algo a respeito; 22% admitem saber muito pouco; 15% já ouviram falar dele e 2% ignoram o assunto completamente. O temor sobre seus efeitos está intimamente ligado à crise e ao grau de insatisfação com as condições de trabalho, pondera Meirelles. Feita por encomenda da LTM, empresa de gestão de programas de fidelidade e benefícios para o mercado corporativo, a pesquisa indica que boa parte da insatisfação do trabalhador está no que ele considera falta de reconhecimento por parte do empregador. O Locomotiva ouviu 1.019 trabalhadores do setor privado com registro formal e com mais de 18 anos em todo o país entre 31 de outubro e 7 de novembro. A margem de erro da pesquisa é de 3,13 pontos percentuais. Dentre os entrevistados, 32% estão muito insatisfeitos e 13% razoavelmente insatisfeitos com as comissões de vendas; 25% muito insatisfeitos com as bonificações em dinheiro, 24% com as bonificações em prêmios, 22% com o reconhecimento



FOR
SIN

material e 22% 17% com os benefícios além do salário. O grau de insatisfação elevada com a remuneração se restringe a 8% dos pesquisados e mostra que o brasileiro está menos descontente com o salário do que com o tratamento que recebe. A maioria considera a premiação por desempenho como item importante para motivação e engajamento no trabalho. Isso é verdade para 87% dos entrevistados (52% concordam totalmente e 35%, parcialmente). Para Emerson Moreira, CEO da LTM, o novo cenário nas relações de trabalho cria mercado de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões por ano no país, num cálculo conservador. Esse seria o potencial que as empresas poderiam investir em premiações não financeiras, diz. Apenas 11% dos trabalhadores formais entrevistados afirmaram receber prêmios por desempenho em produtos ou serviços – viagens, cursos, programas culturais. O mercado, na verdade, sempre existiu. O que inibia as empresas, afirma Moreira, eram as amarras legais. Antes, qualquer premiação não financeira podia ser considerada parte da remuneração pela Justiça do Trabalho e era incorporada ao salário, ou elevava o valor da indenização na rescisão contratual. Essa possibilidade deixou de existir formalmente com a reforma. Além disso, esse tipo de bonificação passou a ter isenção fiscal. É uma forma de as empresas agradarem seus funcionários sem aumentar os salários. Para Moreira, o valor investido é facilmente recuperável. Com dez anos no mercado, a LTM trabalha com um cálculo de que o funcionário premiado exibe em média produtividade individual 15% maior que outro que não recebe o incentivo. De acordo com a pesquisa, os trabalhadores que recebem prêmios por desempenho também demonstram ser mais satisfeitos que os demais. Dos entrevistados, 45% dos que recebem prêmios mostraram algum nível de satisfação, contra 31% dos que não recebem. O resultado da pesquisa corrobora, ao menos em parte, o



FOR
SIN

argumento, já que a insatisfação com o salário propriamente dito é relativamente baixa, de apenas 8%. Quesitos como benefícios, bonificações, reconhecimento e comissão apresentam os maiores índices de insatisfação. Segundo o CEO da LTM, outra vantagem de agradar o funcionário por meio de programas de premiação não financeira é a redução da rotatividade.

“Levantamentos mostram que o profissional que recebe incentivo permanece mais tempo na empresa”, diz. Segundo Moreira, enquanto um empregado não bonificado dura em média cinco anos em um emprego, o “incentivado” tende a ficar entre 6,5 e 7 anos. Isso reduz os custos de treinamento e de rescisão, comenta. Assistência médica lidera o ranking dos benefícios mais concedidos – 45% dos entrevistados recebem -, seguida por vale alimentação/supermercado (44%), vale refeição (41%), assistência odontológica (32%), empatada com reconhecimento imaterial (elogios, pins etc.), seguro de vida (30%) e participação nos lucros e resultados (25%). Bônus em dinheiro só chega a 16% dos entrevistados. Valor Econômico

Mais notícias do período Dezembro de 2017

- * [Presidente da Central fala sobre recuperação fiscal do Estado](#)
- * [Ministério do Trabalho atende processo da Fetracos-RS e cancela registro sindical do Sintracodiv](#)
- * [Proposta para Previdência afetará 1,16 milhão no campo](#)
- * [Sindec-POA lança campanha "Antecipe suas compras de Natal"](#)
- * [Altas de luz e gás têm impacto quase 3 vezes maior sobre pobres, diz Ipea](#)
- * [INSS cancela mais de 80% dos benefícios convocados desde agosto](#)
- * [Sindec solicita à Câmara de Vereadores audiência pública para debater o projeto de aumento do IPTU](#)
- * [Dieese lança app “Negociando” para ajudar nas convenções e acordos](#)
- * [Central debate ações jurídicas e sindicais para o enfrentamento da Reforma Trabalhista](#)



FOR
SIN

- * [Exportações animam segmento de caminhões](#)
- * [Empresas podem optar até 20 de dezembro pela antecipação do eSocial](#)
- * [Profissionais podem se inscrever até esta terça-feira no programa Mais Médicos](#)
- * [Central promove Seminário sobre a Reforma Trabalhista](#)
- * [Participação da Força Sindical no Conselho Geral da CSI, Bruxelas, Bélgica](#)

[Notícias](#)